



22 DE JULHO DE 2016

Sexta-feira

- ACORDOS REDUZEM JORNADA E SALÁRIO SEM AJUDA DO GOVERNO VIA PPE
- ACORDO COLETIVO DEVE PREVALECER SÓ EM 'PONTOS ESPECÍFICOS', DIZ MINISTRO
- CINCO QUESTÕES PARA ENTENDER A REFORMA TRABALHISTA
- É HORA DE DESMISTIFICAR A REFORMA TRABALHISTA
- MINISTRO DO TRABALHO QUER REGRAS CLARAS PARA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS
- APERTEM OS CINTOS, OS TRABALHADORES ESTÃO SUMINDO
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 3,5 PONTOS EM JULHO, APONTA PRÉVIA DA FGV
- RITMO DE RECUO DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO DESACELERA; EMPREGO SEGUE EM QUEDA
- GENERAL MILLS CORTA POSTOS DE TRABALHO E ATINGE OPERAÇÕES EM SÃO PAULO
- MINISTRO SE REÚNE COM COMISSÃO QUE DISCUTE A NR 12
- NOGUEIRA: NÃO HÁ EMBATE NO GOVERNO SOBRE VALIDADE DA NR-12
- AUXÍLIO-DOENÇA PARA TRABALHADORES DEPENDENTES DE DROGAS CAI QUASE 10%
- BRASIL REFORÇA BARREIRA IMPOSTA A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS
- INDÚSTRIA BRASILEIRA QUER MUDANÇA EM INVESTIGAÇÃO SOBRE CHINA
- CHINA PRODUZ MAIS AÇO DO QUE TODOS OS OUTROS PAÍSES JUNTOS
- TATA PLANEJA ENFRENTAR DIFICULDADES ALIANDO-SE AO GRUPO THYSSENKRUPP
- ALEMÃES VÃO FABRICAR PAINÉIS SOLARES EM BLUMENAU
- DEPOIS DA NISSAN, É A VEZ DA GM ABRIR 550 VAGAS PARA PRODUÇÃO DE PICAPE
- LUCRO DA GM MAIS QUE DOBRA NO 2º TRI E MONTADORA ELEVA PERSPECTIVA ANUAL
- TESLA ANUNCIA PLANO PARA CAMINHÕES E ÔNIBUS ELÉTRICOS E CARRO COMPARTILHADO
- PLANO DA TESLA É AMBICIOSO, MAS FRACO EM DETALHES, DIZEM ANALISTAS
- MERCEDES-BENZ LANÇARÁ SEU ÔNIBUS ELÉTRICO SÓ EM 2018
- BANCO VOLKSWAGEN ANUNCIA NOVO CEO NO BRASIL
- DONA DA YOKI FECHA FÁBRICAS NO BRASIL

- 5 RISCOS QUE NÃO PODEM SAIR DO RADAR DE QUEM INVESTE EM AÇÕES
- DADOS PRELIMINARES APONTAM AUMENTO DE 2% NO CONSUMO DE ENERGIA EM JULHO
- FMI SUGERE AVANÇO DE REFORMAS E IMPOSTOS PARA BRASIL CONTER DEFICIT
- BOLSA SOBE COM VALE E SIDERÚRGICAS; DÓLAR AVANÇA COM EXTERIOR E BC
- MERCADO FUTURO DE MINÉRIO DE FERRO CAI E FECHA SEMANA EM BAIXA NA CHINA
- VALOR DO ALUGUEL DE CONJUNTOS COMERCIAIS CAI MAIS DE 11% EM DOZE MESES
- WHIRLPOOL TEM LUCRO ACIMA DO ESPERADO NO 2º TRIMESTRE
- MERCADO FUTURO DE MINÉRIO DE FERRO CAI E FECHA SEMANA EM BAIXA NA CHINA
- CENÁRIOS-MUDANÇA EM REGRAS ATRAIRÁ AVALANCHE DE ESTRANGEIROS PARA COMPRAR TERRAS NO BRASIL
- GRUPO CONFEDERATIVO DO eSOCIAL DISCUTE NOVOS PRAZOS EM REUNIÃO NO CFC

CÂMBIO EM 22/07/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,291	3,292
Euro	3,609	3,611

Fonte: BACEN

Acordos reduzem jornada e salário sem ajuda do governo via PPE

22/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A maioria das empresas que nos últimos meses fecharam acordos para reduzir a jornada de trabalho e os salários de seus funcionários dispensou a ajuda do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) do governo, que ajuda as empresas participantes a pagar parte dos salários dos trabalhadores para evitar demissões.

Segundo levantamento feito pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) com dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o PPE só foi usado em 125 dos 371 acordos coletivos que trataram de redução de jornada e salário de agosto de 2015 a junho deste ano.

"O programa é muito burocrático e há regras que limitam uma adesão maior. Uma delas é a questão da garantia de emprego. Como garantir estabilidade por um tempo considerável se a economia não melhora? As empresas ficam temerosas com isso", disse o coordenador da pesquisa, Hélio Zylberstajn.

Dos 267 acordos coletivos celebrados em junho, segundo o estudo, 14 estabeleceram redução de jornada e salários. Apenas 4 recorreram ao PPE.

Os demais acordos seguiram a Lei 4.923, de 1965, que autoriza acordos desse tipo sem contrapartida do governo e com termos negociados entre sindicatos e empresas.

Segundo o ministério, desde que o programa foi criado, em junho do ano passado, 58 mil trabalhadores tiveram seus empregos preservados temporariamente pelo PPE.

Nesse período, o governo desembolsou, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), quase R\$ 157 milhões. Procurado, o ministério não informou quantas pessoas ainda estão no PPE.

"Quando se olha o universo de 47 milhões de empregados no país, o alcance do PPE foi baixo", disse Zylberstajn. "Empresas que entraram no início do programa não devem renovar o acordo."

Foi o que ocorreu com a Mercedes-Benz. A unidade da empresa em São Bernardo do Campo (SP) foi a primeira montadora de veículos a optar pelo PPE e já informou ao sindicato dos metalúrgicos que não haverá renovação.

Segundo o ministério, a Mercedes reduziu a jornada e o salário de 8.964 funcionários de setembro do ano passado a agosto de 2016 e recebeu R\$ 33,5 milhões do PPE. A Volkswagen reduziu a jornada e o salário nas quatro fábricas que tem no Brasil. São 13.744 funcionários no programa, e ela recebeu até agora perto de R\$ 48 milhões.

Na maior unidade da Volks, em São Bernardo do Campo, a montadora busca com o sindicato dos operários uma saída para um excedente de 3,6 mil pessoas na fábrica. A renovação do PPE é uma das opções em estudo.

"O programa necessita de ajustes", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques. "Se a empresa aderiu ao PPE e parou a produção por algum motivo, não pode convocar as pessoas e pagar horas extras para retomar a operação. Foi o que aconteceu na Volks."

COMO FUNCIONA O PROGRAMA?

O que é?

No Programa de Proteção ao Emprego (PPE), as empresas podem reduzir jornada de trabalho e salário, e empregados têm parte da renda garantida pelo governo

Como funciona?

A empresa paga salário correspondente à jornada reduzida, e o governo complementa metade do que faltar, até o teto de R\$ 900,84

Qual o objetivo?

O trabalhadores não podem ser demitidos durante o programa. O custo para o governo é menor do que seria com o seguro-desemprego

Acordo coletivo deve prevalecer só em 'pontos específicos', diz ministro

22/07/2016 – Fonte: G1

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse nesta quinta-feira (21) defender que os acordos coletivos entre trabalhadores e patrões prevaleçam sobre as leis trabalhistas

somente em "pontos específicos". Ele citou como exemplos a flexibilização da jornada de trabalho e dos salários, um dia após anunciar que o governo enviará ao Congresso propostas de mudanças na CLT ainda este ano.

"Se pretende prestigiar a convenção coletiva. Agora, em quais pontos? Jornada de trabalho e salário. Em que circunstâncias e situações? Isso precisa estar explícito na lei", declarou a jornalista após discursar na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, em São Paulo. "O acordado prevalecer sobre o legislado não prospera, porque aí não precisa de lei", afirmou.

Na véspera, Nogueira afirmou a jornalista que o governo do presidente em exercício, Michel Temer, vai enviar ao Congresso propostas para flexibilizar as leis trabalhistas e regulamentar o processo de terceirização no país.

"A legislação hoje oferece interpretações subjetivas, ao ponto de que, em determinadas situações, quando há acordo entre um sindicato que representa a categoria e a parte patronal, o juiz torna sem efeito esse acordo. Isso traz insegurança jurídica na relação entre capital e trabalho. Queremos uma legislação que fidelize essa relação", disse o ministro.

Segundo Nogueira, o trabalhador será convidado a participar na elaboração das mudanças da lei trabalhista e sindicalistas serão treinados pelo Ministério do Trabalho para negociar com o patronato nas convenções coletivas.

Terceirização

Após ter reiterado que votou contra o projeto da terceirização que foi aprovado pela Câmara no ano passado, quando era deputado pelo PTB, Nogueira afirmou não gostar do termo "terceirização". "Isso remete a ideia de passar para um terceiro uma responsabilidade que é tua. Vamos elaborar uma elaboração que trate do contrato do serviço especializado dentro de cada cadeia econômica", disse.

O ministro disse, ainda, que vai tratar quais atividades poderão ser objeto dos contratos de serviço terceirizado. Segundo ele, há divergências sobre o projeto que aguarda votação no Senado. "Se não há consenso, não pode ser imposto", afirmou.

Para Nogueira, novas categorias de trabalho não permitem ainda definir o que é atividade-fim (atividade principal de trabalho dentro do setor de uma empresa) ou atividade-meio (serviço que não é inerente à principal atividade da empresa). O projeto aprovado na Câmara prevê que a terceirização seja estendida para a atividade-fim.

Entenda os pontos do projeto

Programa de Proteção ao Emprego (PPE)

Além das mudanças na lei trabalhista, deve fazer parte do pacote do governo um projeto para tornar permanente o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), criado na gestão de Dilma Rousseff em caráter provisório. O PPE reduziu a jornada e os salários de trabalhadores. O governo alegou que o objetivo de evitar demissões em empresas com dificuldades financeiras.

"O PPE também precisa ser objeto da negociação coletiva (...). Ele foi elaborado para atender a indústria automobilista no estado de São Paulo, mas hoje ele está mais expansivo, atendendo outros setores. É um programa importante que o investidor sabe que num momento de crise ele tem um instrumento para proteger o emprego e oferecer segurança para esse empreendedor", disse.

O programa tem duração até o fim de 2017. Após esse prazo, nenhuma nova empresa poderia aderir ao programa e mesmo aquelas que já estão dentro teriam o benefício extinto no final do ano que vem.

Cinco questões para entender a reforma trabalhista

22/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O governo decidiu levar adiante uma proposta de reforma de leis trabalhistas até o fim do ano. Na lista, [há três medidas principais](#): atualização da CLT, regulamentação da terceirização e um projeto para tornar o Programa de Proteção ao Emprego permanente. Veja cinco questões para entender melhor o que está sendo proposto.

O que será mexido na CLT?

O governo ainda não disse o que vai mudar na CLT, um conjunto de leis reunidas na década de 40. A ideia geral é que a legislação dê mais espaço para que a negociação entre trabalhadores e empregadores decida algumas regras dentro das empresas. Na atualização da lei, devem ser retiradas regras consideradas ultrapassadas.

Serão retirados direitos dos trabalhadores?

A abrangência da reforma na CLT ainda não está clara e deve passar por um debate muito quente. O governo não deve discutir direitos como FGTS ou férias remuneradas, mas permitir que alguns direitos passem por flexibilização.

As mudanças devem se concentrar na regulação do trabalho em si, e não em itens ligados à saúde e segurança. Um exemplo seria a possibilidade de se negociar um intervalo intrajornada menor do que uma hora, ou o parcelamento do décimo terceiro salário.

O PPE funciona?

O PPE foi apresentado no ano passado como uma alternativa para empresas que estão com excesso de mão de obra e teriam de demitir. Pelo programa, a jornada de trabalho pode ser reduzida em 30%, com uma diminuição proporcional na folha de pagamento.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador recompõe metade dessa perda, ao mesmo tempo em que a empresa mantém o pagamento dos encargos. Até agora, pouco mais de 55 mil trabalhadores foram inscritos no PPE, a um custo de R\$ 150 milhões ao FAT. O programa parece funcionar, mas se limita a um número pequeno de grandes empresas e a um volume de trabalhadores diante do fechamento de quase 2 milhões de postos de trabalho desde o início de 2015.

Como está a tramitação do projeto de terceirização?

A regulamentação da terceirização foi aprovada pela Câmara e aguarda votação no Senado. Atualmente, não existe uma lei que dê segurança jurídica à terceirização – muitas empresas temem serem enquadradas pela Justiça do Trabalho, o que limita a adoção desse modelo de contratação.

Por enquanto, uma decisão do TST proíbe que empresas terceirizem atividades-fim, aquelas que são as principais da companhia. Com a regulamentação, ficariam mais claras as responsabilidades nos contratos e também poderiam ser terceirizadas atividades-fim.

A terceirização prejudica o trabalhador?

Os sindicatos argumentam que há uma precarização nas relações trabalhistas quando o serviço é terceirizado. É verdade que atualmente o salário dos terceirizados é, em média, mais baixo do que o de não terceirizados, mas parte da diferença se deve ao fato de as atividades mais afetadas por esse tipo de contrato exigirem pouca qualificação.

Para as mesmas atividades, a diferença é pequena. É mais difícil de saber se os prestadores de serviços seguem menos a legislação do que quem contrata diretamente. O argumento do setor produtivo é que a terceirização pode elevar o

número de empregos formais e diminuir a rotatividade, já que as prestadoras de serviços conseguem alocar seus trabalhadores de acordo com a demanda dos clientes.

É hora de desmistificar a reforma trabalhista

22/07/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Voltou à pauta a reforma trabalhista. O ministro do trabalho anunciou ontem, entre outras, a intenção de mudar as regras para permitir que os acordos entre patrões e empregados possam prevalecer sobre as normas legais.

Imediatamente, alguns dirigentes sindicais reagiram à notícia. Como mostra o Estadão, o secretário-geral da CUT sugeriu que essas mudanças anulariam a CLT e poderiam terminar com conquistas de todos os trabalhadores. Ele teria dito ainda que essas alterações só seriam boas para os patrões.

Essas acusações fazem sentido?

Na legislação brasileira há, de fato, uma série de direitos e garantias em benefício dos trabalhadores. Os exemplos mais tradicionais são o 13º salário, os 30 dias de férias remuneradas e o FGTS.

Mas há muitos outros, como por exemplo a definição de que o horário de almoço deve ser de no mínimo 1 hora e no máximo de 2 horas (esse limite superior pode ser negociado). Certamente, cabe a pergunta: será que não existem trabalhadores e empregadores que prefeririam arranjos diferentes?

Por exemplo, será que entre os quase 50 milhões de empregados com carteira assinada não há uma parcela que preferiria parar para almoçar por, digamos, 30 minutos? Dessa forma, eles poderiam sair 30 minutos mais cedo e ter mais tempo para ficar com a família ou estudar.

Para as empresas, almoços mais curtos significariam maior eficiência para coordenar a grade horária de seus colaboradores, isto é, seria mais simples (e barato) ficar sem deixar de produzir ou atender o público.

A única justificativa para termos a obrigatoriedade de intervalos de almoço de 1 hora seria um eventual impacto na saúde ou bem estar dos trabalhadores que almoçam em menos tempo.

Se fosse esse o caso, ainda poderíamos enveredar para uma discussão sobre até onde o Estado deve intervir na escolha das pessoas. Mesmo assim, ainda seria interessante que o Estado apresentasse alguma evidência concreta de que almoços de 30 minutos são prejudiciais às pessoas.

De todo modo, da forma como nosso sistema funciona hoje, todos esses direitos não são efetivamente dos trabalhadores. Eles são usados pelos trabalhadores, mas se fossem de fato deles, os direitos poderiam ser livremente negociados.

O Estado garantiria uma hora de almoço para os empregados, mas quem quiser trocar meia hora de almoço por mais salário ou por um horário de saída mais cedo, deveria poder fazê-lo! Da mesma forma, o Estado garante o recebimento do 13º salário.

Quem disse que recebê-lo em Dezembro é a melhor alternativa? E se eu quiser receber esse valor em março, porque minha mulher e filha fazem aniversário nesse mês e costumo gastar mais com presentes? Ou, quem sabe, eu poderia negociar com a empresa e receber, digamos, 90% do 13º diluídos em todos os meses. Seria bom para a empresa e poderia ser bom para mim. Mas nosso Estado não deixa!

A proposta colocada pelo ministro caminha na direção de permitir esses arranjos. É uma falácia argumentar que essa reforma eliminaria direitos dos trabalhadores. Ao contrário, ela daria a posse definitiva de direitos aos trabalhadores, que poderiam então decidir a melhor forma de se beneficiar por eles.

Por fim, deve-se levantar mais uma questão importante nessa discussão: para que o negociado prevaleça sobre o legislado de forma eficiente, a negociação entre as partes precisa ser equilibrada.

Para ser equilibrada, é preciso que os dois lados estejam bem representados, ou seja, que os sindicatos de empresários e trabalhadores sejam representativos e competentes. A preocupação do Estado passaria a ser a de garantir que o trabalhador esteja bem representado na mesa de negociação. Para isso, seria fundamental uma reforma sindical.

Ministro do Trabalho quer regras claras para terceirização de serviços

22/07/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O ministro do Trabalho e Previdência, Ronaldo Nogueira, defendeu ontem que os acordos coletivos entre empregados e empregadores possam prevalecer sobre a legislação trabalhista em casos específicos. Ele defendeu ainda regras mais claras para a terceirização de serviços. Esses temas devem ser abordados em reunião com as centrais sindicais prevista para a próxima quarta-feira.

“ O acordo coletivo deve prevalecer sobre o legislado apenas em casos específicos, como jornada de trabalho e salário. E também dentro de determinadas circunstâncias”, afirmou após participar de evento no Sindicato dos Padeiros, em São Paulo.

A reunião com as centrais irá abordar a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a terceirização de serviços e a prorrogação do Programa de Proteção do Emprego (PPE). Nesses temas, o ministro defende que uma comissão tripartite (sindicatos, empresas e governo) chegue a um consenso para que até dezembro uma proposta de reforma seja enviada ao Congresso Nacional.

“Queremos encaminhar essa proposta até o final do ano. Iremos abordar a atualização da CLT, a contratação de serviços específicos (terceirização) e tornar o PPE permanente”, explicou, reforçando que é necessário atualizar a lei para que ela possa ajudar no combate ao desemprego.

Sobre a terceirização, Nogueira avalia que é necessário estabelecer em lei quais serviços podem ser contratados de maneira específica a depender da cadeia produtiva de cada setor. No entanto, ele defendeu que não é possível estabelecer o que é atividade fim e meio nessa proposta de terceirização - o projeto já aprovado pela Câmara não encontrou consenso no Senado Federal.

“Em algumas categorias não é possível afirmar o que é atividade fim ou meio. Para isso precisamos determinar diretrizes do que pode ser feito”, disse.

Segurança jurídica - O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, afirmou que as centrais sindicais não são contrárias a algumas mudanças, mas que uma atualização na CLT não pode prejudicar os trabalhadores e teme que o atual quadro de recessão, que elevou a taxa de desemprego, seja utilizado para retirar direitos trabalhistas.

“Queremos uma maior segurança jurídica também, mas sem a precarização das relações. São questões muito complexas”, disse.

Entre as questões consideradas complexas, Patah cita a possibilidade da terceirização de todas as atividades de trabalho, os acordos trabalhistas sem a participação dos sindicatos e a possibilidade do aumento da carga horária, o que dificultaria a qualificação profissional.

Já sobre o PPE virar permanente, ele acredita que as empresas serão contra a alguns itens, como aquele que estabelece garantia de emprego às companhias que aderirem ao programa.

Apertem os cintos, os trabalhadores estão sumindo

22/07/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



O mundo está prestes a passar por algo que não acontece desde que a Peste Negra varreu a Europa, no século 14: a população de muitos países vai encolher. Em 25 deles, isso já está acontecendo e, segundo projeções da ONU, o número de nações com taxas negativas de crescimento vegetativo pode chegar a 100 até o último quartel deste século.

O impacto econômico certamente será enorme, mas os especialistas não estão de acordo sobre sua natureza. Quando o surto da Peste Negra chegou ao fim, a escassez de mão de obra produziu uma elevação duradoura dos salários reais.

Se o fenômeno se repetir, será o fim de um longo período de crescimento letárgico da remuneração dos trabalhadores, algo que vem alimentando uma onda de descontentamento político no mundo desenvolvido.

Um novo estudo sobre as perspectivas demográficas, elaborado pelo banco alemão Berenberg, enfoca uma variável importante: a razão de dependência demográfica (RDD). Trata-se da relação entre o número de crianças e idosos e o de indivíduos em idade economicamente ativa (de 15 a 64 anos).

Quanto mais alta a RDD, maior é o fardo com que a força de trabalho tem de arcar. Nas maiores economias do mundo, com exceção dos EUA, a força de trabalho deve diminuir significativamente de tamanho.

Em muitos países desenvolvidos, a RDD se elevou depois da 2.^a Guerra (por conta da geração do "baby boom"), caiu entre o fim dos anos 60 e a década de 70, quando essa geração chegou ao mercado de trabalho, e nos últimos tempos voltou a se elevar.

Isso permite comparar o desempenho econômico nos períodos em que a RDD está em alta com aqueles em que ela está em baixa. O universo da análise do Berenberg é composto por dez países ricos: EUA, Austrália, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Japão, Espanha, Suécia e Suíça.

O mercado de imóveis residenciais parece ser o melhor ponto de partida para a investigação. Espera-se que, com uma força de trabalho em expansão, os preços dos imóveis subam, pois os assalariados tendem a sair em busca de mais espaço para suas famílias.

De fato, os responsáveis pelo estudo verificam que, de 1960 em diante, nos anos em que a RDD permaneceu em declínio (isto é, quando havia um número relativamente maior de trabalhadores), o valor real dos imóveis residenciais teve elevação mediana de 2,7% ao ano. Por outro lado, nos anos em que a trajetória da RDD foi ascendente, os preços reais dos imóveis recuaram 0,2% ao ano.

Como seria de esperar, também nos anos em que a RDD se manteve em queda o PIB per capita real cresceu em ritmo mais acelerado (2,6%) do que nos anos em que a RDD estava em alta (1,9%).

Com mais braços para pegar no pesado, o crescimento econômico é maior. A inflação também tende a ser mais elevada (4,1%) nos anos em que a RDD recua e mais baixa (2,7%) quando ela cresce.

Isso chama a atenção para um problema. Nas últimas décadas tem havido no mundo desenvolvido forte elevação na relação dívida/PIB, tanto por parte do setor privado, como do setor público.

Em geral, as pessoas se endividam por dois motivos: para manter seu padrão de consumo ou para comprar um ativo (no caso das pessoas físicas, normalmente a casa própria). Isso envolve a crença, da parte de quem toma o empréstimo (e de quem o concede), de que o valor da renda e dos ativos não sofrerá desvalorização significativa no futuro, de modo que a dívida possa ser saldada.

Num cenário de crescimento econômico modorrento, baixa inflação e estagnação dos preços dos imóveis residenciais, é muito mais difícil liquidar uma dívida. De fato, é mais ou menos isso que vem acontecendo desde a crise financeira de 2008: as dívidas mudaram um pouco de mãos (do setor privado para o público), mas a relação dívida/PIB total não caiu.

Os motores da economia só continuaram rodando graças à forte queda nas taxas de juros, que permitiu que a maioria dos tomadores continuasse pagando o serviço de suas dívidas.

E os dados demográficos indicam que a era de juros baixos veio para ficar. O estudo do Berenberg mostra que, dos anos 60 em diante, os juros reais tendem a subir quando a RDD está em queda e a cair quando ela está em alta.

Os juros baixos são, em parte, uma política que os bancos centrais adotam de forma deliberada para estimular a economia, incentivando as pessoas e as empresas a se endividar. Mas, à medida que os assalariados envelhecem, sua disposição para contrair dívidas diminui.

E, se o envelhecimento da força de trabalho tiver como consequência a desaceleração do crescimento econômico, as empresas também não vão querer tomar empréstimos para investir.

Com efeito, os analistas do Berenberg verificam que, de 1960 para cá, nos anos em que a RDD estava em queda, o endividamento do setor privado cresceu em ritmo quase três vezes mais acelerado, como proporção do PIB, do que nos anos em que ela estava em alta.

A grande questão é saber se crescimento econômico e aumento no nível de endividamento caminham de mãos dadas, ou se o primeiro pode acontecer sem o segundo. Se não puder, o mundo tem pela frente um desafio e tanto.

Com um número cada vez menor de pessoas em idade de pegar no batente, serão necessários grandes incrementos de produtividade, ou forte elevação dos indivíduos de idade mais avançada no mercado de trabalho, para que a economia continue a crescer. Por ora, a produtividade não dá sinais animadores e a taxa de emprego entre os idosos permanece baixa.

Confiança da indústria sobe 3,5 pontos em julho, aponta prévia da FGV

22/07/2016 – Fonte: Correio Braziliense

O avanço na confiança da indústria registrado na prévia de julho foi determinado pela melhora tanto nas expectativas quanto na avaliação da situação atual

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de julho ficou em 86,9 pontos, o que significa avanço de 3,5 pontos em relação ao resultado final de junho, que foi de 83,4 pontos.

Se o resultado se confirmar, o ICI registrará a quinta alta consecutiva e o maior nível desde novembro de 2014, quando estava em 87,5 pontos, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O avanço na confiança da indústria registrado na prévia de julho foi determinado pela melhora tanto nas expectativas quanto na avaliação da situação atual. O Índice da Situação Atual (ISA) avançou 3,8 pontos, para 85,0 pontos, e o Índice de Expectativas (IE) cresceu 3,1 pontos, para 88,8 pontos, no levantamento preliminar.

Capacidade Instalada

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria atingiu 74,3% em julho, segundo a prévia da Sondagem da Indústria, divulgada pela FGV.

Se confirmado, o resultado é 0,4 ponto percentual superior ao apurado no resultado final da sondagem de junho, quando o Nuci estava em 73,9%.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 784 empresas entre os dias 4 e 20 deste mês. O resultado final da pesquisa de julho será divulgado no próximo dia 29.

Ritmo de recuo da indústria de construção desacelera; emprego segue em queda

22/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O ritmo de queda da indústria de construção continuou desacelerando em junho. É isso o que mostram os dados da Sondagem da Indústria da Construção, divulgados nesta quinta-feira, 21, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No mês passado, o índice de evolução do nível de atividade ficou em 41,2 pontos, após ter marcado 40,1 pontos em maio. De acordo com a entidade, desde janeiro o ritmo de queda vem desacelerando.

Os indicadores da pesquisa variam de 0 a 100, sendo que resultados abaixo de 50 significam retração da atividade e do emprego. Em dezembro do ano passado, o índice de nível de atividade estava em 33,3.

De acordo com a CNI, o "longo período de baixa atividade continua a afetar as condições financeiras das empresas, que seguem deterioradas, e o acesso ao crédito permanece muito restrito".

A confederação aponta ainda que o principal problema enfrentado pelas empresas de construção neste segundo semestre é a falta de demanda. Na sequência, são citadas a elevada carga tributária e as altas taxas de juros.

A CNI destaca que o índice de evolução do nível de atividade permanece abaixo dos 50 pontos, "ou seja, aponta nova queda da atividade". No entanto, "manteve a trajetória ascendente observada desde janeiro de 2016".

Emprego e atividade

O índice de evolução do número de empregados, de acordo com a CNI, manteve-se em 38,1 pontos, o que indica que o emprego no setor segue em queda. Já o índice de atividade efetivo em relação ao usual de junho ficou em 27,2 pontos (oscilação de 0,7 ponto ante o anterior, dentro da margem de erro).

O percentual de utilização da capacidade de operação (UCO) ficou em 56% em junho, mesmo patamar de maio. São oito pontos percentuais abaixo da média para os meses de junho.

Segundo a CNI, o índice de satisfação com a margem de lucro para o setor de construção atingiu 30,6 pontos e o de satisfação com a situação financeira ficou em 34,2 pontos (ambos dentro da margem de erro).

Crédito

A sondagem da CNI revelou ainda que o índice de facilidade de acesso ao crédito alcançou 26,3 pontos, ainda "muito aquém da linha divisória de 50 pontos".

Para os próximos meses, o cenário segue pessimista. Os índices medidos pela CNI, "que vinham mostrando pessimismo cada vez menor desde o início do ano, não melhoraram em julho". "As perspectivas para os próximos seis meses são tão pessimistas quanto no mês anterior."

General Mills corta postos de trabalho e atinge operações em São Paulo

22/07/2016 – Fonte: R7

A General Mills anunciou nesta quinta-feira, 21, um corte de 1.400 postos de trabalho em razão da menor demanda por seus produtos, já que os consumidores estão, cada vez mais, preferindo alimentos naturais em vez de industrializados.

As demissões fazem parte de um esforço da companhia norte-americana de cortar despesas. Em 2014, a empresa já reduziu em 10% sua força de trabalho.

Os cortes de agora envolvem o fechamento de uma unidade da empresa em Vineland, no Estado norte-americano de New Jersey, e também de outra em Marília, no interior paulista. Uma indústria em Martel, no Estado de Ohio, foi vendida por U\$ 18 milhões.

Em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, uma fábrica terá sua produção interrompida, a exemplo do que também ocorrerá com unidades da companhia na China. As indústrias afetadas produzem deste snacks até sopa, da marca Progresso. Publicidade

"Os consumidores estão aumentando a procura por 'alimentos reais', que são aqueles menos processados", resumiu o CEO da General Mills, Ken Powell, em uma teleconferência com investidores na semana passada.

No ano fiscal de 2016, a receita da empresa diminuiu 6%, com as vendas de marcas conhecidas, como o iogurte Yoplait, despencando. Para analistas, o corte de despesas alivia a situação da empresa apenas no curto prazo. Atualmente, a General Mills conta com 39 mil empregados.

Ministro se reúne com comissão que discute a NR 12

22/07/2016 – Fonte: MTEPS



O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, se reuniu nesta quinta-feira (21), em São Paulo, com representantes de trabalhadores da Comissão Nacional Temática Tripartite da Norma Regulamentadora Nº 12 (NR 12), que trata da segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

O encontro foi no auditório da sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação. Ronaldo ouviu as preocupações dos trabalhadores que temem alterações na lei, e garantiu que qualquer mudança será debatida com todos os envolvidos.

O governo sinaliza uma forma de melhorar a aplicabilidade da NR 12. "Eu inclusive pedi às pessoas envolvidas diretamente na elaboração da Norma, que pensem em um formato para pacificar o Brasil, que é um país continental.

Não dá para pensar apenas em uma determinada região ou em um determinado setor. O país tem especificidades diferentes que precisam ser contempladas nessa legislação", afirmou o ministro.

Após a reunião, Ronaldo Nogueira, fez uma visita ao Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo.

Nogueira: não há embate no governo sobre validade da NR-12

22/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ronaldo Nogueira, afirmou nesta quinta-feira, 21, que não há embate no governo sobre a validade da Norma Regulamentadora 12, um conjunto de regras sobre segurança em operação de equipamentos que é duramente criticada pela indústria. Segundo ele, o que existem são discussões sobre a aplicabilidade da norma. A declaração foi dada durante encontro no Sindicato dos Padeiros de São Paulo.

"A norma é necessária, mas nós precisamos criar mecanismos e formas para seu cumprimento. Vamos pensar na questão do prazo, que já está precluso. Podíamos pensar em uma escala de transição, em uma linha de crédito para viabilizar isso, para que o setor possa se adequar à norma", comentou.

Recentemente, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, comentou que o governo estudava maneiras de reduzir a burocracia e aumentar investimentos, e nesse contexto disse que seria criado um grupo de trabalho para rediscutir temas regulatórios, como a norma NR-12.

Na quarta-feira, 20, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Indústria (ABDI) afirmou que vai defender, dentro do governo, que sejam suspensas as fiscalizações que o Ministério do Trabalho faz em indústrias com base na NR-12.

"A NR-12 é idiossincrática, só tem no Brasil. Ela encarece o custo dos equipamentos em pelo menos 15%, por isso a posição da ABDI é pela suspensão da fiscalização com base na NR-12", disse ao **Broadcast** o presidente da agência, Luiz Augusto de Souza Ferreira.

Mesmo assim, Nogueira disse que não há conflito no governo. "Não existe embate no governo, existe consenso. O que existe no governo é determinação de combater o desemprego. O governo sinaliza numa forma de melhorar a aplicabilidade da NR-12, precisamos pensar em um formato para pacificar o Brasil", disse o ministro.

"O País tem especificidades e precisa ser contemplado num todo nessa legislação. O ministro Marcos Pereira é um homem extraordinário, dedicado, tem compromisso com o trabalhador e está focado nessa ideia de fortalecer o setor produtivo e combater o desemprego", complementou.

Auxílio-doença para trabalhadores dependentes de drogas cai quase 10%

22/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O número de trabalhadores que receberam seguro-saúde por transtornos psiquiátricos ligados ao uso excessivo de álcool e drogas caiu 9,1% no primeiro semestre, na comparação com o mesmo período de 2015.

Neste ano, 18.658 funcionários foram afastados dos seus empregos por problemas com substâncias, aponta a Previdência Social. Essa foi a segunda queda consecutiva nas concessões por abuso de drogas -em 2015, o número foi 10% menor que em 2014.

A diminuição de afastados do trabalho com auxílio-doença não significa que a população, nesses anos, passou a consumir menos, diz Marcelo Cruz, vice-presidente da associação brasileira de estudos sobre drogas."Os estudos epidemiológicos mostram um aumento, principalmente de álcool", afirma o psiquiatra.

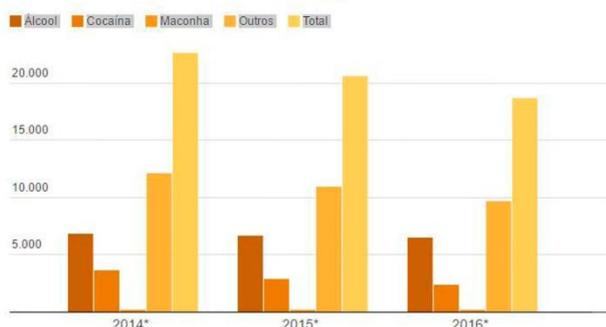
O que mudou é que, em 2013, foram alteradas as diretrizes da Previdência sobre a forma que os médicos peritos devem atuar, afirma Francisco Alves, presidente da associação desses profissionais.

Até então, se uma pessoa se internava voluntariamente em uma clínica, mesmo sem ordem médica, era considerada incapaz para trabalhar e recebia o benefício.

"Havia abusos e muitas fraudes. Agora, o médico precisa checar se existem critérios clínicos de impossibilidade psiquiátrica para o trabalho", afirma Alves.

VÍCIO EM TRABALHO

Concessão seguro-saúde por dependência química



*Primeiro semestre. Fonte: Ministério da Previdência

Confira mais infográficos da Folha

Brasil reforça barreira imposta a importação de produtos industriais

22/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O governo brasileiro reforçou barreiras impostas contra importações de produtos estrangeiros em meio à crise econômica, atendendo a uma parcela crescente das reclamações apresentadas pela indústria nacional contra seus concorrentes importados.

O número de ações movidas pela indústria brasileira contra produtos estrangeiros acusados de concorrência desleal diminuiu nos últimos anos, mas o governo atendeu a uma parcela maior dos pedidos. A China foi o parceiro comercial mais atingido.

De acordo com as regras do comércio internacional, os países têm o direito de impor sobretaxas à importação de produtos acusados de praticar dumping, ou seja, vendidos a preços artificialmente inferiores aos de mercado.

No ano passado, foram apresentados 47 pedidos pela indústria e 31 foram atendidos pelo governo, o equivalente a dois terços. Em 2014, o governo impôs sobretaxas em 29 casos, sendo que 52 foram analisados.

A China foi alvo de 97 medidas aplicadas pelo governo desde 1988. Produtos dos Estados Unidos ficaram em segundo lugar, com 35 medidas.

"O governo Dilma Rousseff foi o mais protecionista que já tivemos", diz o professor de relações internacionais da Universidade de São Paulo Yi Shin Tang, especialista em direito comercial internacional.

Cálculos feitos por ele mostram que as taxas antidumping aplicadas pelo Brasil contra a China quase dobraram o valor dos produtos atingidos em 2015. Em média, o país sobretaxou em 92% as importações acusadas de concorrência desleal.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil e a origem dos produtos comprados pelo país, com 17,2% de participação na pauta de importações, segundo dados da Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior).

Entre janeiro e maio deste ano, sobretaxas foram impostas a 2,64% do valor das importações da China. No mesmo período do ano passado, elas atingiram 2,33% do total. Cada par de calçados chineses, por exemplo, é alvo de uma sobretaxa de US\$ 10,22, que aumentou em 266% o valor importado neste ano, segundo cálculos do professor.

Para determinar as sobretaxas, o Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento compara o preço dos produtos investigados em seus mercados de origem com os preços estabelecidos pelos exportadores.

IMBRÓGLIO

O sistema de formação de preços da China, porém, é considerada pouco confiável, por causa da forte presença do Estado na economia. Por isso, a praxe em casos que envolvem produtos chineses é considerar nos cálculos preços cobrados em outro país.

Em dezembro, quando a China completará 15 anos na Organização Mundial do Comércio (OMC), perderá validade uma cláusula que autoriza os parceiros da China a fazerem isso nas investigações de casos de dumping. Com o fim da cláusula, a China quer que seus parceiros aceitem seus preços.

O Ministério das Relações Exteriores ainda está analisando com outras áreas do governo brasileiro o que fará quando isso acontecer. A indústria nacional pressiona o governo a não reconhecer a China como uma economia de mercado.

O imbróglio abre caminho para que a China questione medidas antidumping aplicadas contra seus produtos no órgão de solução de controvérsias da OMC. Como o Brasil, outros países que integram a organização também não definiram ainda o que farão com a China no fim do ano.

Se a disputa evoluir para um embate direto entre os EUA e a China, as maiores potências comerciais do planeta, a OMC e o sistema internacional de comércio podem enfrentar o maior teste de estresse da sua história, diz um diplomata brasileiro na OMC.

Indústria brasileira quer mudança em investigação sobre China

22/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) é contra o reconhecimento da China como economia de mercado.

Para o setor, caso o Brasil não consiga impor medidas antidumping contra importações provenientes da China, será impossível competir com elas, afirma Carlos Abijaodi, diretor de desenvolvimento industrial da CNI.

A proposta da organização é que, a partir de dezembro, investigações de dumping chinês levem em conta os preços desse mercado, mas também uma média de valores praticados em outros países. Se o preço chinês for muito distante da média, ele deve ser descartado.

A Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo) defende que o país acompanhe o posicionamento de Estados Unidos e União Europeia, diz Thomaz Zanotto, diretor de relações internacionais e comércio exterior.

Um eventual reconhecimento da China como economia de mercado traria um forte impacto sobre a indústria nacional, sem condições de competir com essas importações, diz o professor de relações internacionais da USP Yi Shin Tang, especialista em direito comercial.

Por outro lado, ele diz que a cadeia produtiva precisa ser avaliada como um todo. "Vários produtos alvo de medidas antidumping são matérias-primas. A indústria brasileira poderia se beneficiar, sem falar nos consumidores."

Já para a especialista em comércio internacional e professora da UFRJ Marta Castilho, esse impacto positivo não supera os efeitos negativos sobre os setores afetados pela proteção.

Ela lembra, porém, que há outras ferramentas de defesa comercial que podem ser acionadas, como salvaguardas

China produz mais aço do que todos os outros países juntos

22/07/2016 – Fonte: Exame



A China produziu em junho mais aço do que todos os outros países reunidos, de acordo com dados divulgados na quarta-feira pela Associação Mundial do Aço.

É o quarto mês seguido em que isso acontece. A produção chinesa em junho foi de 69,5 milhões de toneladas de aço puro, contra 66,5 milhões no resto do mundo.

E enquanto a produção chinesa continua subindo (1,7% sobre junho de 2015), a do mundo como um todo ficou estagnada no período.

Já o Brasil teve 8,5% de queda em junho em relação ao mesmo mês de 2015 e um tombo de 13% quando considerada toda a primeira metade do ano.

A Secretaria de Comércio Exterior informou, também nessa quarta-feira, que vai iniciar investigação sobre suposta existência de dumping em exportações de aço plano laminado a quente da China e Rússia para o Brasil.

A Associação Mundial do Aço publica dados de 66 países que juntos englobam mais de 85% da produção de aço do mundo.

O uso da capacidade instalada nesses países foi de 69,4% em junho de 2016, dois pontos percentuais abaixo de abril.

Apesar da alta na produção, a China também sofre com o excesso de capacidade. Sua economia está desacelerando e mudando de perfil para não depender tanto de indústria pesada e infraestrutura, que demandam muito esse tipo de material.

Vale lembrar de outra estatística impressionante: entre 2011 e 2013, a China usou mais cimento (6,6 gigatoneladas) do que os Estados Unidos em todo o século XX (4,5 gigatoneladas).

O número vem do livro "Making the Modern World: Materials and Dematerialization" (em tradução livre, "Fazendo o Mundo Moderno: Materiais e Desmaterialização), do historiador tcheco-americano Vaclav Smil, e [foi destacado por Bill Gates em seu blog](#).

Tata planeja enfrentar dificuldades aliando-se ao grupo Thyssenkrupp

22/07/2016 – Fonte: Exame

Estão em andamento conversações visando a formação de um empreendimento europeu que representaria a maior mudança no setor siderúrgico em uma década.

Seria necessária uma pilha de 1.087 latas de aço de bebidas ao fim para igualar a altura da London Eye, ou 2.818 para nivelar-se com o cume da torre Eiffel.

Esse tipo de referências a famosos marcos europeus usados para "apimentar" o site da Tata Steel, refletem a elevada ambição da empresa indiana de tornar-se a segunda maior produtora de aço do mundo.

Mas a seção "fatos e números" desapareceu - talvez um sinal revelador de como a Tata vem moderando suas aspirações, na esteira de um colapso dos preços do aço resultante de um excesso de oferta que foi consequência de uma torrente de exportações baratas da China. A confirmação da retração da Tata ocorreu em março, quando a companhia pôs à venda suas operações deficitárias no Reino Unido.

Então, numa mudança de atitude após dificuldades para atrair lances aceitáveis para a operação britânica, a Tata revelou neste mês estar em conversações "preliminares" com a ThyssenKrupp, sua concorrente alemã, sobre uma possível joint venture no setor siderúrgico europeu.

Uma fusão das operações siderúrgicas europeias da Tata com a ThyssenKrupp criaria o segundo maior produtor na UE depois da ArcelorMittal, com três grandes usinas espalhadas por toda a Alemanha, Países Baixos e Reino Unido, e receitas anuais estimadas de € 18 bilhões, com base nos relatórios de resultados financeiros de 2014-2015.

Uma fusão equivaleria ao maior abalo no setor em uma década e poderia em alguma medida solucionar o velho problema de excesso de capacidade de produção da indústria siderúrgica europeia, fechando usinas desnecessárias. Isto poderia aumentar o poder de fixação de preços das demais operadoras no setor e, portanto, sua capacidade de gerar lucros sustentados.

A Europa está consumindo cerca de 25% menos aço, hoje, do que em 2007, segundo a Eurofer, uma associação comercial que representa as siderúrgicas europeias. "Para termos operações sustentáveis na Europa, precisaremos fechar usinas", diz Mike Shillaker, do Credit Suisse.

Cyrus Mistry, presidente da Tata Steel, diz em novo relatório anual da empresa que a consolidação da indústria siderúrgica mundial é importante em meio a um excesso de oferta, baixos preços das commodities e esfriamento do crescimento econômico.

"A consolidação de empresas proporcionaria uma oportunidade para a indústria siderúrgica permanecer relevante e competitiva em termos de custos e de valor para os clientes, e de permitir investimentos em inovação de produtos, tecnologia e eficiência da cadeia de suprimentos", acrescenta ele.

Uma joint venture envolvendo Tata e ThyssenKrupp teria uma participação de 25% da capacidade no mercado europeu de aços planos, usados em automóveis, embalagens, obras de engenharia e aparelhos de uso doméstico, segundo analistas da Jefferies.

As duas empresas estão sob pressão da ArcelorMittal, cuja participação nesse mercado subiria de 33% para 40% caso tenha sucesso em uma oferta conjunta com o grupo Marcegaglia visando a aquisição da Ilva, uma siderúrgica italiana.

"Uma joint venture [envolvendo a Tata e a ThyssenKrupp] evitaria uma série de dificuldades processuais necessárias a um pleno negócio de fusão e/ou aquisição", diz Alessandro Abate, analista da Berenberg.

Para a Tata, forjar uma aliança com a ThyssenKrupp seria uma maneira de o grupo indiano desfazer-se de seu braço no Reino Unido, conquistado, mediante um negócio envolvendo € 6,7 bilhões na compra da Corus, siderúrgica anglo-holandesa, que foi adquirida em 2007.

À época, essa foi a maior aquisição estrangeira por uma empresa indiana, elevando a Tata da posição 56, entre as maiores siderúrgicas do mundo, para o sexto lugar. Mas esse negócio, que envolveu um prêmio substancial, é agora visto como tendo sido concretizado em momento inoportuno, e freou os lucros das operações siderúrgicas da Tata em seu mercado doméstico.

Para a alemã ThyssenKrupp, uma joint venture com a Tata poderia ser um primeiro passo significativo para concentrar-se em seus negócios com bens de capital, mais rentáveis e estáveis, envolvendo a fabricação de elevadores, escadas rolantes e o suprimento de componentes para várias indústrias, entre elas as fabricantes de carros e turbinas eólicas.

Em meio à sua migração da siderurgia para o setor de tecnologia, a ThyssenKrupp está "desesperada por uma fusão", afirma Carsten Riek, analista do UBS. "Se eles conseguem uma joint venture 50%-50%, eles poderiam remover a [divisão] siderúrgica do balanço patrimonial".

O grupo alemão há muito tempo cobiça a usina Ijmuiden, da Tata, na Holanda, considerada um das mais eficientes da Europa. Ela está localizada a cerca de 200 km da siderúrgica da ThyssenKrupp em Duisburg, e, portanto, poderia proporcionar reduções de custos através de sinergias de suas operações.

"Em Duisburg, há escala; Ijmuiden pode produzir 7 milhões de toneladas por ano e usar [um porto de] águas profundas, tendo, efetivamente, escala", diz Shillaker. "Ambas estão localizados a distâncias razoáveis, através de rodovias e ferrovias, do coração industrial da Europa".

Estatísticas do setor evidenciam algum alívio proporcionado pelo endurecimento da postura da União Europeia contra o dumping de aço por outros países, principalmente a China, que está enfrentando significativo excesso de capacidade após esfriamento econômico do país.

Menos óbvio é como as persistentemente deficitárias operações britânicas da Tata - nas quais a ThyssenKrupp já havia demonstrado desinteresse - poderiam se encaixar em alguma joint venture europeia.

A Tata descreveu as operações no Reino Unido como quase inúteis e estimou que seriam necessários 2 bilhões de libras em novos investimentos para transformar a maior usina de aço no Reino Unido, em Port Talbot, no sul do País de Gales, em uma produtora de alta qualidade.

Um problema para os negócios da Tata no Reino Unido é um grande fundo de pensões com passivos de 14 bilhões de libras, um déficit estimado de 700 milhões de libras e 130 mil membros - mais que 10 vezes o contingente ativo de mão de obra.

"A ideia de que alguém estaria disposto a assumir uma empresa difícil, e vinculada a um grande esquema de pensões, simplesmente não faz nenhum sentido", diz John Ralfe, um consultor no setor de pensões. "A ThyssenKrupp estaria maluca".

Para tentar amenizar essas preocupações, o governo britânico ofereceu um pacote financeiro significativo a qualquer proprietário futuro das operações britânicas da Tata, inclusive uma proposta para isolar o regime de pensões.

Independentemente do resultado das negociações entre a indiana Tata e a ThyssenKrupp, uma reformulação do setor parece provável, agora que as siderúrgicas europeias começam a atacar os problemas que as afligem desde a crise financeira.

Alemães vão fabricar painéis solares em Blumenau

22/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O crescimento do setor fotovoltaico no Brasil vem atraindo a atenção de investidores estrangeiros. No primeiro trimestre de 2017, começa a operar em Blumenau (SC) uma fábrica alemã de módulos fotovoltaicos equipada com robôs trazidos da Suíça . Cerca de US\$ 15 milhões – pouco mais de R\$ 50 milhões – foram investidos no negócio.

A Aecogen Technologies S.A. é resultado da união entre a Aecogen – empresa alemã especialista em energia solar – e a Acera, brasileira de propriedade de executivos alemães.

A primeira mantém projetos na Alemanha, Europa e África, enquanto a segunda acumula experiência no Brasil ao operar e manter grandes centrais de geração eólica no Rio Grande do Norte. Juntas, elas pretendem expandir a atuação na área fotovoltaica, motivadas pela ascensão da tecnologia no país, especialmente nos últimos três anos.

Equipamentos "made in Brazil"

Até agora, 17 fabricantes brasileiras produzem os 20 equipamentos para sistemas fotovoltaicos credenciados na linha Finame, do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Do total, dez empresas com atuação no Brasil constroem módulos fotovoltaicos e demais componentes elétricos para os sistemas, sete se dedicam à fabricação de inversores, duas à construção de "trackers" – que direcionam o módulo para melhor aproveitamento solar – e uma produz a caixa de conexão central.

A fábrica vai ocupar um galpão de cinco mil metros quadrados e, apesar da automação, 30 novos empregos serão ofertados para profissionais da área de engenharia, com possibilidade de aumento em breve.

O maquinário é utilizado em países que já democratizaram a adesão de sistemas fotovoltaicos, como a Alemanha. Alguns componentes que serão utilizados pela fábrica já são produzidos no Brasil e outros vêm de nações como China e da própria Alemanha.

A produção deve contribuir com o atendimento da demanda nacional, favorecendo a redução dos preços da tecnologia. Parte da produção será exportada.

"A produção inicial da fábrica vai ser de 50 megawatts ao ano, com grandes chances para, dentro de três ou quatro anos, aumentar para 70.

Tudo depende da demanda que tivermos", diz Jean Prayon, sócio da Aecogen Technologies e proprietário da JPrayon Partners Brasil. A JPrayon convenceu a Aecogen a investir em Blumenau, apesar dos planos iniciais de se instalar no Nordeste.

Somaram pontos para a mudança de estratégia as vantagens oferecidas pelo Programa Catarinense de Energia Limpa, o SC+Energia. Lançado em junho de 2015 pelo governo estadual e a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), ele reduz a burocracia para simplificar e agilizar projetos que incentivem a ascensão das tecnologias limpas no estado.

Antes de começar a operar, a Aecogen Technologies já fechou contrato com duas grandes multinacionais brasileiras. Os nomes ainda não podem ser divulgados, mas a expectativa, segundo Jean, é de aumento na geração de empregos no setor. “A demanda por técnicos especializados na instalação dos sistemas vai crescer”, aposta.

Brasil na mira de investidores estrangeiros

Em junho, outra companhia do setor de renováveis anunciou investimento de mais de R\$ 2 bilhões na área de geração fotovoltaica no Brasil.

A Canadian Solar, com sede no Canadá, operações em diversas países e fábrica na China, também vai produzir módulos solares no país, a partir de uma parceira com a Flex Internacional.

A empresa começa a operar em setembro, em Sorocaba, com capacidade prevista para até 350 megawatts por ano. A fábrica deve gerar 500 empregos diretos e 1,5 mil indiretos.

Para Rodrigo Sauaia, diretor da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a produção local dos componentes, a consolidação de novas fábricas no país e o interesse das empresas estrangeiras pelo Brasil tende a crescer.

“A geração distribuída no Brasil vem aumentando e a centralizada, que depende da construção de usinas fotovoltaicas de grande porte, tem condições reais de crescimento. Só nos últimos três anos, quatro leilões contrataram 3,3 mil megawatts.

Serão mais de R\$ 12,5 bilhões investidos até 2018, na criação de usinas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-oeste”, diz.

Depois da Nissan, é a vez da GM abrir 550 vagas para produção de picape

22/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Os metalúrgicos da GM (General Motors) aprovaram nesta quinta (21) o acordo para 550 novas contratações em São José dos Campos. Com as novas vagas serão quase 800 postos de trabalho abertos na fábrica desde maio. Nos últimos dois meses, a empresa contratou 219 pessoas para a produção de uma nova picape.

Entre as vagas a serem preenchidas, 30% serão reservados a ex-funcionários da montadora. As contratações são temporárias e valem por 12 meses, de acordo com informações do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Na quarta-feira (a produção de um novo modelo no Brasil, a SUV Kicks. 20), a Nissan havia anunciado a contratação de 600 funcionários para

Segundo o sindicato, um dos motivos que levou a empresa a abrir vagas foi o crescimento das vendas da picape S10 para o México e Argentina, além das reivindicações do sindicato devido a uma sobrecarga de trabalho na fábrica, com excesso de horas extras.

“Do total de 550 novos contratados, 260 irão para a produção e montagem da S10. Os outros irão para os setores Powertrain (motores), transmissão, injetora, estamparia

e manuseio da fábrica”, explicou o secretário-geral do sindicato, Renato Júnio de Almeida.

Exportação

Segundo Almeida, em maio a GM sinalizou que fecharia um acordo de exportação com países da América do Sul e que precisaria contratar mão de obra. “Logo em seguida admitiu 219 funcionários e deixou claro que poderia contratar mais. Na semana passada, eles chamaram o sindicato e falaram que precisariam de mais 550 por conta das exportações.”

O secretário-geral explicou ainda que assim que acabarem os 12 meses de vigência do acordo, sindicato e montadora conversarão novamente para avaliar os resultados e o rumo a seguir.

“Os trabalhadores que entram agora estão no piso salarial fechado em acordo de 2013. Esperamos que o mercado continue aquecido para efetivar os trabalhadores daqui a esses 12 meses. Esperamos não precisar desligar ninguém.”

Lucro da GM mais que dobra no 2º tri e montadora eleva perspectiva anual

22/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A General Motors elevou sua estimativa de lucro anual depois de divulgar resultado recorde para o segundo trimestre, que superou com folga previsões de Wall Street.

A montadora norte-americana de veículos teve lucro líquido de US\$ 2,87 bilhões no segundo trimestre, ou US\$ 1,81 por ação, ante US\$ 1,1 bilhão, ou US\$ 0,67 por papel, no mesmo período do ano passado.

Com o resultado, a empresa elevou a expectativa de lucro ajustado antes de juros e impostos para entre US\$ 5,50 e US\$ 6 dólares por ação, ante estimativa anterior de US\$ 5,25 a US\$ 5,75 por papel.

Mais de 90% do lucro antes de impostos da empresa veio da América do Norte, onde as margens de lucro subiram para 12,1%, ante 10,5% um ano antes. A GM também divulgou seu primeiro lucro trimestral na Europa em cinco anos, mas alertou que turbulências criadas pela decisão do Reino Unido de sair da União Europeia podem cortar US\$ 400 milhões do resultado da companhia no continente no segundo semestre.

Tesla anuncia plano para caminhões e ônibus elétricos e carro compartilhado

22/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Elon Musk, o presidente-executivo da Tesla Motors, delineou uma visão exaltada e futurista para sua montadora de carros elétricos, em um esforço para retomar a

iniciativa depois dos revezes recentes que alguns de seus mais ambiciosos planos sofreram.

Escrevendo no blog da empresa na quarta-feira (20), Musk definiu o que descreve como uma atualização no "plano mestre" para a Tesla que ele divulgou dez anos atrás. O plano envolve expandir a Tesla para que ela produza uma linha ampla de carros, caminhões e ônibus elétricos, bem como um aplicativo para smartphones por meio do qual os donos de Teslas poderão, um dia, ganhar dinheiro alugando a terceiros os seus carros autoguiados.

Ainda que boa parte do plano pareça vaga, ecoando o hábito de Musk de despertar o interesse por meio de novas ideias muito antes que estas possam entrar em produção, ele revelou que a Tesla estava "nos estágios iniciais de desenvolvimento" de caminhões de carga pesados e de uma nova forma de "transporte urbano com alta densidade de passageiros", dois projetos que provavelmente serão revelados no ano que vem.

Com sua mistura característica de ambição, autojustificativa e imprecisão, o desenho oferecido por Musk para o plano de dez anos parecia destinado a atrair reações céticas, em um momento no qual a Tesla enfrenta crescentes desafios.

"Como é típico, Elon Musk delineou um plano grandioso para o futuro sem cronograma e com poucos detalhes específicos, e sem menção de quando e como a Tesla se tornará lucrativa", escreveu Michelle Krebs, analista sênior da "Autotrader", uma revista de automóveis norte-americana.

CRÍTICAS

O post da quarta-feira surgiu um mês depois que Musk esbarrou em uma muralha de ceticismo ao fazer uma oferta pela aquisição da SolarCity, empresa de instalação de painéis solares da qual ele é presidente do conselho, pagando com ações da Tesla em valor de cerca de US\$ 3 bilhões.

Os investidores se preocuparam que isso distrairia a empresa em um momento crítico, enquanto ela luta por corrigir problemas de produção persistentes, e para acelerar em dois anos a produção em massa de seu próximo carro, o Modelo 3.

A decisão de Musk de lançar uma versão rudimentar da tecnologia da empresa para carros autoguiados também atraiu críticas generalizadas, depois da notícia, no mês passado, de que uma colisão havia causado a morte do primeiro motorista ao volante de um carro autoguiado.

Em seu post, Musk ofereceu mais uma defesa inflexível da decisão da Tesla de lançar a tecnologia, conhecida como Autopilot, ainda que esta tenha sido descrita como "beta", ou seja, em estágio de teste.

Ele afirmou que a tecnologia de autocondução, "se usada corretamente", já é mais segura que um motorista humano, o que torna "moralmente reprovável postergar o lançamento por simples medo de uma reação adversa da mídia, ou por algum cálculo mercantil quanto à responsabilidade jurídica".

Ele também reiterou seus argumentos em favor de uma combinação entre a Tesla e a SolarCity, para que a nova empresa possa vender "um produto que combine painéis solares e baterias e simplesmente funcione, transformando cada indivíduo em usina de energia pessoal, e ampliando a escala dessa experiência até que atinja o mundo".

Foi "em larga medida um acidente histórico" que as duas empresas tenham sido criadas em separado, para começar, ele acrescentou.

PARTE DOIS

O post, intitulado, "Plano Mestre, Part Deux", ecoava um artigo que Musk escreveu dez anos atrás no qual ele primeiro delineou seu plano de combinar painéis solares e carros elétricos em uma só empresa, e ajudar o mundo a deixar para trás a dependência quanto ao carbono e se tornar "uma economia solar-elétrica".

Além de reiterar suas esperanças de adquirir a SolarCity e definir uma meta de tornar a tecnologia de autocondução 10 vezes mais segura que um motorista humano, Musk revelou pela primeira vez seu plano para uma linha mais ampla de veículos elétricos Tesla.

Eles incluíam um "futuro esportivo utilitário compacto e um novo tipo de picape", para acompanhar o atual sedã Modelo S e o Modelo 3, ele afirmou. Além disso, Musk acrescentou que esperava um dia produzir ônibus autoguiados que, por não terem motoristas, teriam maior capacidade de passageiros em um veículo menor.

"O mais recente [plano da] Tesla inclui expandir sua linha de veículos elétricos para cobrir todos os segmentos importantes em um momento no qual ela não consegue cumprir as metas de produção da limitada linha de produtos que tem agora e pelos próximos dois anos", disse Krebs.

Plano da Tesla é ambicioso, mas fraco em detalhes, dizem analistas

22/07/2016 – Fonte: Auto Esporte



Um caminhão, um ônibus urbano, uma SUV pequena, uma picape... o novo plano de Elon Musk para a Tesla lista onde o bilionário quer levar a montadora de veículos elétricos, mas dá poucos detalhes sobre como ele planeja chegar lá.

Musk revelou sua visão para uma empresa integrada livre de emissões de carbono e que oferta produtos e serviços além de carros elétricos e baterias.

O que ele não fez, porém, foi explicar como ele planeja financiar e executar o plano. A Tesla já está queimando caixa e tem um histórico de não cumprir promessas de produção.

"Está além de nós quanto a Tesla vai precisar levantar em recursos para executar este plano", disse o analista Brian Johnson, da Barclays Capital, em nota a clientes. As ações da empresa caíram 1,6% nesta quinta-feira.

"O plano é parecido com o anterior, ou muito parecido com o que a Tesla faz, é longo em visões entusiasmadas sobre o futuro e curto em detalhes financeiros", acrescentou.

Em mensagem publicada com o título "Master Plan, Parte Dois", Musk afirmou: "Começar uma companhia de veículos é idiota e uma companhia de carros elétricos é idiota ao quadrado." Ele prossegue dizendo que a "civilização vai entrar em colapso" na ausência de uma economia sustentável no consumo de energia.

"Em um nível elevado o documento (texto de Musk) teve como objetivo explicar como as ações da Tesla se encaixam no quadro maior de acelerar a energia sustentável", disse o analista Rod Lache, do Deutsche Bank.

"Mas o documento é relativamente curto em detalhes e não contém objetivos econômicos ou financeiros", completou. Tais detalhes serão fundamentais quando a Tesla buscar levantar dinheiro junto a investidores para financiar seus planos ambiciosos.

A Tesla levantou US\$ 1,7 bilhão em maio com a venda de novas ações para financiar seus projetos, particularmente o desenvolvimento e lançamento da produção do veículo Model 3.

A companhia divulgou neste mês que não cumpriu a meta de entrega de veículos pelo segundo trimestre consecutivo, o que deixa a empresa sob risco de ficar abaixo da meta anual.

A Tesla afirmou que quer produzir 500 mil carros por ano até 2018 ante 80 mil a 90 mil este ano. O analista Colin Langan, do UBS, afirmou que ficou surpreso com o anúncio possível de caminhão e ônibus.

"Questionamos se a empresa poderá lidar com o aumento de complexidade de ter várias plataformas quando atualmente está tendo problemas com apenas dois modelos", escreveu o analista.

Mercedes-Benz lançará seu ônibus elétrico só em 2018

22/07/2016 – Fonte: Automotive Business

A Mercedes-Benz deverá lançar seu primeiro ônibus elétrico a bateria somente em 2018, alguns anos atrás de concorrentes como a Volvo, que já introduziu no mercado global veículos híbridos e elétricos para transporte urbano de passageiros. "Descontinuamos o nosso programa de híbridos porque os custos eram muito altos e nunca alcançaríamos uma economia de escala comercial.

Por isso decidimos investir no elétrico. Precisamos entrar nesse mercado, o transporte público com emissão zero é uma exigência de diversas grandes cidades no mundo, estima-se que 70% dos ônibus em circulação na Europa serão elétricos até 2030.

Mas antes de lançar comercialmente o nosso modelo queremos fazer mais testes para aumentar a autonomia e reduzir os custos das baterias", justificou Harmut Schick, chefe da divisão de ônibus do Grupo Daimler.

Em entrevista a jornalistas brasileiros durante a apresentação do ônibus com direção autônoma que passa a circular ainda com motorização diesel em testes no corredor BRT de Amsterdã, na Holanda, Schick relevou que está em curso na divisão que dirige

um novo programa de desenvolvimento de veículos, com investimentos de € 200 milhões até 2020, que inclui a unificação dos sistemas eletrônicos de todos os ônibus a partir de 2018 e a introdução de modelos elétricos a bateria, que também poderão ser equipados com sistemas de condução autônoma em diversos níveis.

Como forma de compensar a curta autonomia que as baterias atuais proporcionam, os ônibus elétricos a bateria que circulam atualmente em algumas cidades europeias trafegam em corredores equipados com sistema de recarga rápida em alguns dos pontos de parada.

O objetivo da Mercedes, diz Schick, é aumentar gradativamente esses intervalos de recarga com baterias de maior potência e tamanho parecido com as que são usadas atualmente. "Queremos reduzir o custo. A meta é lançar em 2018 veículos com

baterias de 180 kWh, passando para 250 kWh em 2020 e 600 kWh em 2025”, afirma o executivo.

Schick estima que a potência máxima das baterias atuais já seria suficiente para atender a necessidade de 20% da frota mundial de ônibus, que circula em percursos curtos e poderia ser recarregada somente em terminais. “Com a evolução das baterias, até 2025 quase 100% dos ônibus elétricos poderão ser recarregados só uma vez por dia”, diz.

Com essa evolução, Schick prevê que o custo total de operação dos ônibus elétricos começará a ficar parecido com o dos veículos diesel, tornando a tecnologia viável e amplamente utilizada em todo o mundo.

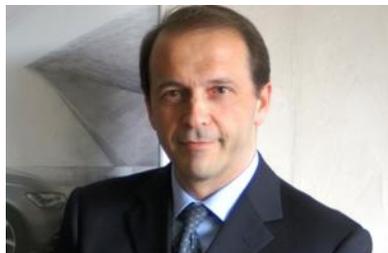
“É uma necessidade tornar a tecnologia competitiva, pois nos próximos cinco anos muitas cidades europeias deverão retirar os incentivos oferecidos atualmente para os ônibus elétricos”, pondera o executivo.

Ele avalia que a eletrificação também deverá chegar nos próximos anos ao Brasil, onde a Mercedes-Benz tem seu centro de competência mundial para o desenvolvimento de chassis.

“Independentemente da situação econômica atual, em anos normais se vendem no Brasil 25 mil ônibus, é mais do que os 24 mil consumidos por ano na Europa inteira, é terceiro maior mercado mundial, só fica atrás da China (150 mil/ano) e Índia (50 mil/ano). Por isso, o País também deverá seguir as tendências globais, mesmo que com alguns anos de atraso”, finaliza Schick.

Banco Volkswagen anuncia novo CEO no Brasil

22/07/2016 – Fonte: Automotive Business



A Volkswagen Financial Services, que reúne o Banco Volkswagen, Consórcio Nacional VW e VW Corretora, anuncia que terá um novo CEO no Brasil: Fabrizio Ruggiero assumirá o cargo em substituição a Décio Carbonari de Almeida, que esteve à frente da subsidiária brasileira nos últimos 13 anos e que deixará a companhia. Ele também foi presidente da Anef nos últimos seis anos, dando lugar a Gilson Carvalho, da FCA.

Natural da Itália, Ruggiero iniciou sua carreira na Volkswagen Financial Services em 2008, como CEO da operação na França.

Em janeiro de 2011, assumiu o cargo também de CEO na subsidiária italiana, onde permaneceu até aceitar o convite de liderar a companhia no Brasil.

Graduado em Economia Empresarial pela Sapienza – Università di Roma, o executivo acumula mais de 20 anos no mercado financeiro.

Segundo a VWFS, a indicação de substituição foi enviada ao Banco Central e a empresa aguarda aprovação para o anúncio oficial.

Dona da Yoki fecha fábricas no Brasil

22/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Uma das maiores empresas alimentícias do mundo, a General Mills, dona de marcas como Yoki, Kitano e VeryGurt no Brasil, anunciou nesta quinta-feira (21) que vai fechar parte de sua linha de produção no país.

As atividades de manufatura e do centro de distribuição da empresa em Marília serão encerradas e a produção de São Bernardo do Campo será transferida para a demais unidades fabris que a empresa possui no país. Na unidade de São Bernardo do Campo vai permanecer apenas a parte corporativa.

Em comunicado, a companhia afirma que cerca de 400 funcionários serão demitidos e que “já está em processo de negociação do pacote de desligamento com os responsáveis dos sindicatos dos trabalhadores nas duas unidades”.

O fechamento da unidade de Marília e a transferência da produção de São Bernardo do Campo acontecerão no próximo dia 19 de agosto.

De acordo com a empresa, que é famosa mundialmente pelos sorvetes Häagen-Dazs e pelos cereais Cheerios, a decisão de fechar pontos no Brasil é “estratégica” e visa “melhorar a eficiência operacional do negócio”.

5 riscos que não podem sair do radar de quem investe em ações

22/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O crescimento recente do Ibovespa é reflexo de uma retomada da confiança dos agentes financeiros no mercado brasileiro. O indicador de desempenho das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo subiu 15% entre 27 de junho e 21 de julho, dia em que o Ibovespa marcou 56.641 pontos, a pontuação mais alta desde maio do ano passado.

Apesar de o desempenho da Bovespa dar sinais de que a percepção de riscos ficou bem mais tênue, ainda existem ameaças que devem ser monitoradas pelos investidores.

1. Sobreprecificação de ativos

O mercado pode estar superestimando a velocidade e a retomada do crescimento da economia brasileira e com isso pode estar acontecendo uma distorção do preço dos ativos na bolsa de valores. Na avaliação de Adeodato Netto, chefe de mercado da

Eleven Financial Research, o valor das ações hoje está acelerando baseado exclusivamente em expectativas. “É muito importante que os investidores compreendam qual ativo em bolsa estão escolhendo para evitar entrar em ativos sobreprecificados”, orienta.

2. Dificuldades do ajuste fiscal

Um crescimento sólido da economia brasileira depende da aprovação de medidas que garantam o equilíbrio fiscal do país. Entretanto, essas medidas ainda não foram aprovadas no Congresso Nacional e não devem ter uma tramitação fácil no Poder Legislativo.

“O mercado está precificando, mas nenhuma medida de ajuste fiscal foi aprovada. O quadro fiscal é muito duro”, avalia Adeodato Netto.

Para ele, as medidas de ajuste fiscal encaminhadas pelo presidente interino Michel Temer (PMDB) ao Legislativo devem encontrar resistência, já que os parlamentares “barganham sucessivamente para defender seus interesses e posições”.

3. Impeachment

O cenário de reversão do processo do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff (PT) é tratado pelos analistas de mercado como um cenário improvável. Mas o risco de que isso aconteça gera riscos aos investimentos.

“É muito improvável que haja qualquer reversão no quadro, mas ainda assim é uma data importante para ficar no alerta. Ao longo de agosto, talvez, uma ou duas semanas antes [da votação do impeachment no Senado] é provável que o mercado volte a ficar tenso”, analisa o diretor de Private Banking do Banco Fator, Rodrigo Marcatti.

4. Eleições americanas

Os especialistas também estão atentos às eleições presidenciais nos Estados Unidos. Os posicionamentos radicais e protecionistas do republicano Donald Trump preocupam os analistas de mercado.

“O mercado acha remota a chance de ele ganhar, mas, conforme ele começa a ter chances reais de vitória, isso afeta o mercado. O investidor brasileiro deve ficar atento, porque Trump, de alguma forma, transmite uma insegurança maior para o mercado financeiro global”, diz Rodrigo Marcatti.

5. Lava Jato

Nunca se sabe se haverá entre as empresas envolvidas na Operação Lava Jato alguma companhia de capital aberto. As investigações já afetaram, entre outras, ações da Petrobras, Braskem e BTG Pactual.

Para Rodrigo Marcatti, esse risco é imponderável, por isso é preciso tomar cuidado com empresas que possam ter algum tipo de ligação com a Lava Jato. “Alguns setores são mais prejudicados: de construção civil, obras de infraestrutura, empresas que têm participação do governo”, avalia.

Esse é um risco a todos os investidores. O próprio procurador Deltan Dallagnol, um dos coordenadores da força-tarefa da Lava Jato relatou, segundo o jornal Valor Econômico, ter ações da Petrobras, do BTG e da Queiroz Galvão.

Dados preliminares apontam aumento de 2% no consumo de energia em julho

22/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O consumo de energia no País aumentou 2,1% entre os dias 1º e 19 de julho, na comparação com o mesmo período de 2015, e somou 57.686 MW médios, de acordo com dados preliminares de medição, informou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em seu boletim InfoMercado Semanal.

Enquanto o consumo no mercado cativo (Ambiente de Contratação Regulada), no qual os consumidores são atendidos pelas distribuidoras, recuou 1%, no mercado livre, no qual consumidores compram energia diretamente dos fornecedores, foi registrado um aumento de 11,6%.

A CCEE destacou que a expansão no Ambiente de Contratação Livre (ACL) está relacionada à migração de novas cargas. Desconsiderando estas novas unidades consumidoras, houve um crescimento de 3,9%, o que demonstra uma pequena reação da atividade econômica, disse a CCEE

Entre os ramos de atividade, considerando autoprodutores, consumidores livres e especiais, os segmentos que registraram maior evolução foram comércio (44,5%); alimentícios (30,3%); e bebidas (27,5%).

Conforme a câmara de comercialização, tais taxas de crescimento estão vinculadas à migração dos consumidores para o mercado livre. Na outra ponta, o setor de extração de minerais metálicos apresentou queda no consumo de 12% e foi o único ramo de atividade a apresentar sinal negativo de demanda.

Em relação à geração de energia, houve a entrega de 60.034 MW médios ao Sistema Interligado Nacional (SIN) até a última terça-feira, 19, o que também corresponde a um crescimento de 2,1%.

Dentre as diferentes fontes da matriz brasileira, o destaque foi para a produção das usinas eólicas, que cresceu 57% frente ao mesmo período de 2015, para 4.127 MW médios. Já a geração hidráulica, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), alcançou 44.075 MW médios, montante 10,4% superior ao registrado no ano passado.

A representatividade da fonte foi de 73,4% sobre toda energia gerada no País, índice 5,5 pontos percentuais superior ao registrado em 2015. Por outro lado, houve retração de 27,2% na produção das usinas térmicas, impactada pelo desempenho das usinas a óleo (-83,3%), bicomustível (-45,2%) e a gás (-39,5%).

A CCEE também apresentou estimativa de que as usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) gerem, até a quarta semana de julho, o equivalente a 92,8% de suas garantias físicas, ou 45.597 MW médios em energia elétrica. Para fins de repactuação do risco hidrológico, este percentual foi de 89%.

FMI sugere avanço de reformas e impostos para Brasil conter deficit

22/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

A economia brasileira deve voltar a crescer no ano que vem, mas o governo Temer precisa avançar em reformas estruturais para reduzir deficit, de acordo com o relatório do FMI (Fundo Monetário Internacional).

O órgão divulgou o relato antes da reunião do G20, que começa no sábado (23), na China. Segundo os economistas do FMI, a flexibilização da política monetária no Brasil é limitada por pressões inflacionárias.

Por isso, o órgão sugere ao governo interino a elevação de impostos e a alteração de despesas obrigatórias.

"O novo governo deveria complementar a proposta de um teto de gastos com medidas tributárias e resolver a rigidez de despesas e encargos insustentáveis, incluindo a previdência", dizem os economistas no documento.

O órgão prevê uma queda de -3,3% para o PIB brasileiro de 2016, mas prevê alta de 0,5% em 2017. Para o FMI, o país ainda necessita aumentar a produtividade e a competitividade, junto a implementação "de um forte programa de concessões para infraestrutura", que, segundo o órgão, seriam essenciais para impulsionar o crescimento.

Os economistas pedem ainda uma maior diversificação de atividades no país. "Em países exportadores de commodities, de modo geral, é importante planejar e investir em novos setores e atividades, a moda de diversificar a economia", afirma o relatório.

Em outro ponto, o relatório diz que o Brasil tem tido desempenho abaixo de seu potencial econômico, mas alerta para a necessidade do avanço de uma consolidação do Orçamento via um ajuste favorável ao crescimento.

Bolsa sobe com Vale e siderúrgicas; dólar avança com exterior e BC

22/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

As Bolsas globais operam sem direção única nesta quinta-feira (21). Os investidores reagem a resultados corporativos e à ausência de estímulos monetários pelos bancos centrais.

Com o cenário externo indefinido, o Ibovespa opera em alta, impulsionado pelos papéis da Vale e de siderúrgicas, enquanto o dólar se valoriza, influenciado por mais uma ação do Banco Central no câmbio.

Os investidores reagem ainda ao tom do comunicado do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, que reiterou não haver espaço para flexibilização da política monetária.

Com isso, os juros futuros sobem. Diante desse quadro, analistas reforçam as estimativas de corte da taxa básica de juros (Selic) somente a partir de outubro deste ano.

"O BC foi mais detalhista; traçou riscos domésticos que poderiam comprometer o seu cenário-base. Em suma: não mudou a nossa expectativa, e o ciclo de queda de Selic não deve começar antes do quarto trimestre", escrevem analistas da Guide Investimentos, em relatório.

O mercado também reage ao IPCA-15 de julho, que veio acima das expectativas. A prévia da inflação oficial foi de 0,54% em julho, acima do registrado em junho (0,40%). Economistas esperavam que o indicador ficasse em 0,45%. O contrato de DI para janeiro de 2017 avança de 13,835% para 13,935%; o contrato de DI para janeiro de 2021 sobe de 11,920% para 11,930%.

O CDS (credit default swap) brasileiro de cinco anos tinham leve alta de 0,06%, aos 287,399 pontos. No mercado de câmbio, o dólar à vista subia 0,12%, a R\$ 3,259, enquanto o dólar comercial ganhava 0,3%, a R\$ 3,260.

O BC leiloou pela manhã mais 10.000 contratos de swap cambial reverso, no montante de US\$ 500 milhões. Com isso, a autoridade monetária reduziu seu estoque de swap cambial tradicional (equivalente à venda futura de dólares) para US\$ 55,635 bilhões. Segundo operadores, a ausência de estímulos monetários pelos bancos centrais reduziu o fluxo de dólares para o país.

BOLSA O Ibovespa oscila entre altas e baixas e há pouco subia 0,13%, aos 56.649 pontos. As ações da Vale subiam 3,3%, a R\$ 14,08 (PNA), e 4,84%, a R\$ 17,31 (ON), seguindo a alta de mais de 2% do minério de ferro na China. A mineradora divulgou nesta manhã seu relatório de produção do segundo trimestre.

A Vale produziu 86,8 milhões de toneladas de minério de ferro no período, queda de 2,8% na comparação anual. O dado ficou acima das projeções do mercado, que eram de 86 milhões de toneladas.

Entre as siderúrgicas, CSN ON subia 6,24%; Gerdau PN, +1,90%; e Usiminas PNA, +9,23%. Os papéis da Petrobras ganhavam 1,01%, a R\$ 11,94 (PN), e 1,90%, a R\$ 13,21 (PN), apesar da queda do preço do petróleo no mercado internacional. No setor financeiro, Itaú Unibanco PN perdia 0,26%; Bradesco PN, -0,51%; Banco do Brasil ON, -0,74%; Santander unit, -0,15%; e BM&FBovespa ON, +0,36%.

EXTERIOR No cenário externo, declarações do presidente do banco central japonês, Haruhiko Kuroda, descartando medidas de estímulo mais agressivas no Japão decepcionaram investidores. A Bolsa de Tóquio subiu 0,77% nesta quinta-feira, antes das declarações de Kuroda.

As Bolsas chinesas também avançaram. Na Bolsa de Nova York, o índice S&P 500 perdia 0,06%; o Dow Jones recuava 0,09%; e o Nasdaq, +0,12%. Os índices reagem a resultados corporativos relativos ao segundo trimestre. As ações da Intel recuavam mais de 4% depois de a empresa de tecnologia reportar crescimento mais lento em sua divisão de chips para servidores.

Os papéis da American Express caíam 1,5% por ter registrado receita abaixo das estimativas. As ações da Southwest Airlines perdiam 9% por causa do balanço considerado decepcionante por analistas.

Na Europa, diante da falta de estímulos monetários pelos BCs, a Bolsa de Londres recuava 0,11%; Paris, -0,06%; Frankfurt, +0,19%; Madri, +0,13%; e Milão, +0,28%.

O BCE (Banco Central Europeu) manteve inalteradas suas taxas de juros, conforme esperado, mas o presidente da instituição, Mario Draghi, sinalizou novas medidas de estímulos, caso seja necessário. Draghi afirmou ainda ser "muito cedo" para determinar o impacto total da decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia na economia do bloco.

Valor do aluguel de conjuntos comerciais cai mais de 11% em doze meses

22/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

Nos últimos 12 meses, os preços de locação de imóveis comerciais caíram 11,35% nominalmente e os preços de venda se retraíram 3,05% no mesmo período. Se considerarmos a inflação de 8,84% no período (segundo o IPCA/IBGE), a queda real de preços atinge 18,56% nos alugueis e 10,92% no caso dos preços de imóveis comerciais à venda.

A Fipe e o ZAP disponibilizam novas séries do Índice FipeZap. O Índice FipeZap Comercial será divulgado mensalmente e acompanhará o preço de venda e locação de salas e conjuntos comerciais de até 200 m² em 4 cidades brasileiras: São

Paulo, Rio de Janeiro (com dados desde 2012), Belo Horizonte (dados desde 2014) e Porto Alegre (série iniciada em janeiro/2016).

A comparação entre o investimento feito em imóveis comerciais e uma alternativa de menor risco (o CDI) mostra que desde 2015 o investidor em imóveis comerciais tem tido, em média, perdas reais.

Nos doze meses encerrados em junho/2016, enquanto o CDI rendeu 14,0%, os proprietários de saletas que estavam locadas tiveram um retorno médio de 2,5% (fruto da combinação entre o recebimento de aluguéis e uma desvalorização de seus ativos de -3,0%).

Em junho, o valor médio do m² anunciado das 4 cidades foi de R\$ 10.521 para venda e R\$ 45 para locação. Rio de Janeiro tem os maiores valores por m²: R\$ 12.274 e R\$ 51, respectivamente. Por outro lado, São Paulo registra a maior taxa de rentabilidade do aluguel (5,6%).

Whirlpool tem lucro acima do esperado no 2º trimestre

22/07/2016 – Fonte: R7

A maior fabricante de eletrodomésticos do mundo, a norte-americana Whirlpool, divulgou nesta sexta-feira lucro líquido maior que o esperado para o segundo trimestre, ajudada por crescimento de receita e redução de custos que minimizaram efeitos cambiais desfavoráveis.

A companhia, que está se preparando para fechar capital de sua subsidiária brasileira, teve lucro líquido de 320 milhões de dólares no segundo trimestre, acima dos 177 milhões obtidos no mesmo período do ano passado.

A empresa, que detém as marcas Brastemp e Consul no Brasil, registrou receita líquida estável em 5,2 bilhões de dólares, dos quais de 2,8 bilhões de dólares correspondem às operações na América do Norte.

"Estamos bem posicionados para lidar com a contínua volatilidade global e já colocamos em ação fortes planos para cumprirmos nossos objetivos em um ambiente global que continua a ser desafiador", disse o vice-presidente de operações, Marc Bitzer, em comunicado.

A Whirlpool informou que o lucro por ação recorrente subiu para 3,50 dólares, ante 2,70 dólares no segundo trimestre do ano passado. Analistas, em média, esperavam 3,36 dólares por ação, segundo a Thomson Reuters I/B/E/S.

CENÁRIOS-Mudança em regras atrairá avalanche de estrangeiros para comprar terras no Brasil

22/07/2016 – Fonte: R7

A iminente liberação da compra de terras por estrangeiros no Brasil deverá provocar um grande fluxo de investimentos no país, principalmente por parte de fundos em busca de rentabilidade segura e de longo prazo, reaquecendo uma fatia do mercado imobiliário que tem sofrido com a estagnação econômica e a crise política.

Desde 2010 esse tipo de investimento está congelado no país, após um parecer da Advocacia Geral da União (AGU), chancelado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, sob a gestão do presidente interino Michel Temer, a compra de terras por estrangeiros é vista como um dos motores que podem ajudar a economia do país a andar novamente.

"A gente sabe, tem consultas aqui na empresa, de muitos investidores com o dedo no gatilho... Alguns meses depois (da mudança nas regras) devem começar a se concretizar esses investimentos", disse o diretor da Informa Economics FNP, empresa que realiza pesquisa periódica sobre mercado de terras agrícolas no país, José Vicente Ferraz.

Nos últimos anos, investidores internacionais com planos de investir em propriedades rurais no país chegaram a encontrar alternativas, como associar-se a empreendimentos de capital brasileiro, mas em posição minoritária. Contudo, a modalidade de investimento direto deve atrair novos recursos.

"Existem fundos e investidores, famílias, etc, que estão interessados e não querem estar amarrados a um sócio brasileiro. Portanto, aguardam a flexibilização dessa legislação para fazer esses investimentos", destacou Ferraz.

Segundo ele, os novos investidores, que teriam nacionalidades diversas, buscariam comprar terras brutas para desenvolvê-las, vendendo-as posteriormente, "já com um negócio estruturado". "A valorização disso é muito maior que a valorização natural do mercado de terras."

O Brasil já é um dos maiores produtores de grãos e proteínas animais do mundo e precisará ampliar sua produção nas próximas décadas para manter a posição de liderança nas exportações de alimentos. Com a certeza da expansão e da solidez do setor agrícola no país, investidores estrangeiros tendem a ver oportunidade de lucros sem grandes volatilidades ou riscos.

"Você tem fundos de pensão, por exemplo, que estão preocupados em garantir valor futuro e procuram investimentos de longo prazo, como terra", disse o diretor-presidente da BrasilAgro, empresa especializada em aquisição e desenvolvimento de terras agrícolas, Julio Piza.

A liberação de aquisição de terras por estrangeiros tem sido motivo de polêmica e controvérsia. A limitação imposta pela AGU em 2010 decorreu de uma nova interpretação para uma lei de 1971.

O argumento do governo na época do parecer da AGU era de que a aquisição direta feria a soberania nacional, em um contexto de temores de que empresas asiáticas poderiam tomar posse de grandes áreas no Brasil para assegurar abastecimento de alimentos.

Com a mudança no Palácio do Planalto, a tendência é de uma reversão da interpretação. Uma fonte do alto escalão disse à Reuters nesta quinta-feira que a liberação para os estrangeiros é uma das medidas do pacote que o governo deve apresentar nos próximos dias para tentar acelerar a retomada do crescimento econômico. Haverá apenas a criação de alguns critérios para evitar especulação imobiliária.

"Compra de terras para segurança alimentar é o tipo de coisa que se ouve falar muito, mas que se vê pouco acontecendo. Os investimentos em tradings (de grãos) faz mais sentido", destacou Piza. "Não consigo entender onde a soberania brasileira vai ser ferida. Ninguém vai comprar uma fazenda, fechar ela e declarar independência."

De fato, companhias asiáticas têm se voltado para aquisição de fatias em empresas de originação, muitas delas com operações no Brasil. Um bom exemplo foi a gigante estatal chinesa Cofco, que recentemente investiu 3 bilhões de dólares para comprar a unidade de agronegócio da Noble, além de uma grande fatia da trading holandesa Nidera.

"A estratégia (dos asiáticos) nunca foi de produzir aqui no Brasil ou em outro país para exportar para lá. O que eles querem é que se aumente a produção, porque daí cai o preço no mercado internacional", analisou Ferraz.

Um dos setores que deve ter fortes investimentos, da ordem de bilhões de dólares e de muitos milhares de hectares, é o plantio de florestas.

Fechar anúncio

Segundo a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), associação que representa as empresas de papel e celulose, grandes grupos estrangeiros --japoneses, norte-americanos e escandinavos, por exemplo- desistiram de volumosos investimentos no Brasil desde o parecer da AGU em 2010.

"É uma indústria de escala elevada. Você precisa de um mercado livre entre nacionais e internacionais. Temos multinacionais represadas e as nacionais com avaliação distorcida de mercado", disse a presidente-executiva da Ibá, Elizabeth Carvalhaes.

MERCADO REAQUECIDO

Investidores estrangeiros deverão encontrar um ambiente favorável para aquisições. "Já precisávamos em 2010, e hoje em dia, com esse cenário (de crise econômica), a entrada de capital estrangeiro vai ser fundamental", disse o diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Cornacchioni.

O real desvalorizado ante o dólar, na comparação com o início da década, torna as terras mais baratas para estrangeiros. Investimentos em logística de portos, estradas e ferrovias nos últimos anos também tornam a produção das áreas agrícolas do Brasil um pouco mais competitiva e atrativa.

Além disso, em um cenário de recessão e de crédito apertado, algumas empresas agrícolas encontram-se em situação financeira precária, vendo-se obrigadas a ofertar ativos essenciais, como fazendas, para quitar dívidas, lembraram os analistas.

Segundo a Informa Economics FNP, os negócios envolvendo grandes áreas estão praticamente parados no país, com preços ameaçando um declínio.

O maior volume de aquisições é verificado entre pequenos e médios produtores, que compram terras de vizinhos em negócios de ocasião. "Pode haver bastante transações, aumentando a liquidez do mercado de terras", projetou Piza.

MATOPIBA

As áreas mais propensas a receber interesse de investidores estrangeiros, caso a liberação se confirme, deverão ser o leste de Mato Grosso e a região conhecida como Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e oeste da Bahia), onde ainda há amplas áreas de vegetação nativa ou de pastagens que podem ser convertidas em terra para plantio de grãos.

"Do ponto de vista estratégico, está desenhado o mapa da mina", disse o sócio-diretor da consultoria MacroSector, Fábio Silveira. "Este é o polo de atração de investimento mais importante do Brasil hoje. Em boa medida esse investimento poderia ser de origem externa."

Ele destacou que nos últimos anos foram inauguradas obras como novos trechos da ferrovia Norte-Sul e novos terminais em São Luís (MA) que viabilizam o escoamento da produção do Matopiba e estimulam o investimento.

22/07/2016 – Fonte: Portal Contábil



O Grupo Confederativo do eSocial (GTC) se reuniu, na terça-feira (19), na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para alinhar os próximos passos para entrada em vigor do módulo. A data prevista é setembro de 2016, mas o grupo concorda que é inviável. Além da revogação do prazo, o grupo também acertou que concentrará esforços na construção do leiaute definitivo para o eSocial.

O eSocial é um módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) que concentrará todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias num único espaço.

O GTC tem por objetivo equacionar possíveis divergências entre as necessidades do projeto e das empresas antes que o módulo entre em vigor. O grupo é formado por representantes do Ministério do Trabalho, da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda, da Caixa Econômica Federal, do CFC, do Sistema S, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), da Fenacon, de cooperativas, do Sebrae e de empresas de softwares.

Em agosto do ano passado, o GTC foi dividido em subgrupos com o intuito de acelerar as discussões para a implantação do módulo dentro do prazo previsto, mas, por diversas razões, ainda não há leiaute definitivo para o projeto.

“Estamos vendo os esforços dos atores envolvidos, tanto na realização dos testes quanto nas discussões de alinhamento, com o objetivo de alcançar as melhorias esperadas para as versões que foram apresentadas até agora. Há necessidade de ajustes e definição do leiaute para novos testes e o Grupo está empenhado em produzir uma versão final”, afirma a representante do CFC no GTC, Sandra Batista.

No encontro desta semana, o coordenador do grupo, José Maia, informou que as mudanças pelas quais passou o governo não alteraram o compromisso com o projeto. “Apesar das mudanças, as equipes que tratam do eSocial foram mantidas e o Governo está comprometido com o módulo”.

Ele informou que será publicada uma resolução revogando o prazo atual. “Já havíamos pactuado com esse Grupo que apenas revogaríamos o prazo quando tivéssemos uma proposta de cronograma para apresentar. Não foi possível construir esse cronograma, mas estamos trabalhando nisso. A revogação não é, de forma alguma, um sinal de que o projeto não esteja sendo priorizado pelo Governo”, ressaltou Maia.

Os participantes reforçaram a necessidade de haver um leiaute definitivo para uma repactuação de prazo. Por isso, haverá uma oficina nos dias 9, 10 e 11 de agosto, em São Paulo, para acertar os conceitos que ainda precisam ser fechados para elaboração da versão final do projeto. Na reunião serão feitos os últimos ajustes no leiaute.